ESTADO DO AMAPÁ CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

LIDO na 209 Sessão Ordinário.

ESTADO DO AMAPÁ

ESTADO DO AMAPÁ
CÂMERA MUNICIPAL DE SANTANA
PROTOCOLO

Processo nº 705, 2025
Data 28,04, 202

Cecretaria Legislativa

## INDICAÇÃO Nº 100 /2025 - CMS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Secretaria Legi GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - PL

DOMINGOS FARIAS GOMES JUNIOR (LIGEIRINHO), vereador do Município de Santana, integrante do Partido Liberal - PL, vem solicitar a Mesa Diretora, que após tramitação regimental e ouvido o soberano Plenário, que esta Casa de Leis encaminhe cópia desta propositura ao Excelentíssimo Senhor Senador **FREDERICH** República. RANDOLPH RODRIGUES ALVES da SOLICITANDO A VIABILIZAÇÃO DE ESTUDOS COM VISTAS À ESTABELECER NORMA LEGAL DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NAS EMBARCAÇÕES, EM GERAL, DE NATUREZA AQUAVIÁRIA, QUE TRANSPORTE PASSAGEIROS.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação visa sensibilizar e mobilizar os Poderes Legislativos e Executivos, bem como as entidades competentes, para a urgente necessidade de elaboração e implementação de uma norma legal que garanta acessibilidade e segurança às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas embarcações de transporte de passageiros, em todo o território nacional.

Apesar dos avanços legais no campo dos direitos das pessoas com deficiência – notadamente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) – ainda há uma lacuna significativa no que se refere à regulamentação específica para o transporte aquaviário, seja ele fluvial, marítimo ou lacustre. As embarcações públicas e privadas, em geral, não estão adequadamente adaptadas para receber passageiros com necessidades específicas, o que representa uma clara violação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do direito de ir e vir.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - PL

Além dos obstáculos físicos (como ausência de rampas, elevadores, sinalizações e banheiros acessíveis), há também falhas nos protocolos de segurança e evacuação voltados a passageiros com mobilidade reduzida, o que expõe essa população a riscos desproporcionais em situações de emergência.

Diante da importância do transporte aquaviário em diversas regiões do Brasil — especialmente na Região Norte, onde muitos municípios são interligados quase exclusivamente por rios — é inaceitável que milhares de brasileiros permaneçam excluídos desse meio de transporte por falta de estrutura adequada.

Solicitamos, portanto, a Vossa Excelência que viabilize estudos técnicos e jurídicos com vistas à proposição de uma norma legal que estabeleça critérios obrigatórios de acessibilidade e segurança nas embarcações de transporte de passageiros, promovendo assim a inclusão, a cidadania plena e a equidade no acesso aos serviços públicos e privados de transporte.

Certos da sensibilidade e compromisso de Vossa Excelência com os direitos humanos e a justiça social, agradecemos a atenção dispensada e reiteramos nosso apoio a essa iniciativa de profundo alcance social.

Nestes termos.

Solicito aprovação.

PALÁCIO DR. FÁBIO JOSÉ DOS SANTOS, PLENÁRIO VEREADOR JOSÉ VICENTE MARQUES, SEDE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, CIDADE DE SANTANA/AP, 25 DE ABRIL DE 2025.

DOMINGOS FARIAS GOMES JUNIOR - LIGEIRINHO